



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano X - Nº 2320 Quarta-feira 09 de Setembro de 2010.

# Poder Executivo

## Lei

### LEI Nº 6.467, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alterar a Lei nº 6.172, de 05/02/2010 e alterações, autorizando o Poder Executivo a efetuar a contratação por tempo determinado de profissionais, para prestarem serviços junto a Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica alterado o inciso I, da Lei nº 6.172, de 05/02/2010 e todas as alterações, versando sobre a efetuação de contratação por tempo determinado de profissionais, mediante teste seletivo simplificado, para prestarem serviços junto a Secretaria Municipal de Educação, a fim de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme segue:

#### I – PROFISSIONAIS NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

VAGAS	CARGO	NÍVEL ESCOLARIDADE	CBO	C/H	SALÁRIO MENSAL *
216	Docente do Ensino Fundamental	Magistério***	3312-05	de 12h a 30h.	R\$ 8,48 h/a **
		Licenc. Curta			R\$ 9,79 h/a **
		Licenc. Plena			R\$ 11,30 h/a **
28	Auxiliar de Serviços Diversos – Zona Urbana	Fundamental	5143-25	30h	R\$ 520,20
08	Agente de Vigilância	Fundamental	5173-30	40h	R\$ 520,20

\* Valores individuais por profissional.  
\*\* Valor da hora aula para cada professor.

Art. 2º Os demais cargos comumente com as demais disposições contidas na Lei de nº 6.172/2010 e demais alterações, permanecem inalteradas.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta do Orçamento Anual vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 02 de setembro de 2010: 95º da Fundação;  
e 56º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

MILTON GOMES DA COSTA  
Secretário Municipal de Governo

## Expediente

PREFEITO MUNICIPAL \_\_\_\_\_ JOSE CARLOS JUNQUEIRA DE ARAUJO  
Vice-Prefeita \_\_\_\_\_ Marília Salles  
Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social \_\_\_\_\_ Neuma de Moraes  
Secretaria Municipal de Administração \_\_\_\_\_ Gerson Araujo de Oliveira  
Secretaria Municipal de Agricultura e Pec. \_\_\_\_\_ Valdir Correa  
Secretaria Municipal de Desenv. Econ. \_\_\_\_\_ Valdemir Castilho Soares  
Secretaria Municipal de Educação \_\_\_\_\_ Marilda Soares Rufino  
Secretaria Municipal Esporte, Cultura e Lazer \_\_\_\_\_ Susan Meire Moretti Binha  
Secretaria Municipal de Finanças \_\_\_\_\_ Adão Nunes  
Secretaria Municipal de Governo \_\_\_\_\_ Milton Gomes da Costa  
Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Urbanismo \_\_\_\_\_ Ronaldo Sedy Iticava Uramoto  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente \_\_\_\_\_ Lindomar Alves da Silva  
Secretaria Municipal de Planejamento \_\_\_\_\_ Antonio Augusto Miranda  
Secretaria Municipal de Receita \_\_\_\_\_ Regina Celi Marques Ribeiro  
Secretaria Municipal de Saúde \_\_\_\_\_ Valdecir Feltrin  
Secretaria Municipal Transporte, Transito e Desenv. Urbano \_\_\_\_\_ Rodrigo Lugli  
Procuradoria Geral do Município \_\_\_\_\_ Efraim Alves dos Santos  
CODER Cia Desenvolvimento Rondonopolis \_\_\_\_\_ Darci Lovato  
Diário Oficial do Município \_\_\_\_\_ Anna Clara Quintana  
IMPRO \_\_\_\_\_ Josemar Ramiro e Silva  
SANEAR \_\_\_\_\_ Terezinha Silva Souza  
ServSaúde \_\_\_\_\_ Vilmondes Aprigio da Silva Luz

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 411-5285  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2ª a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Secretaria Municipal de Governo: Milton Gomes da Costa  
Diário Oficial: Anna Clara Quintana  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

#### Tabela de Preços do Diorondon

Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio)	R\$160,00
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65		
Assinatura Semestral retirada no balcão	R\$ 50,00	Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros: por centímetro linear de coluna	R\$ 1,20

**LEI Nº 6.468, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.**

Dispõe sobre instituir no calendário oficial do Município o Dia Da Prevenção ao Bullying Escolar, a ser celebrado anualmente no âmbito do Município, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica o instituído no calendário oficial do Município o Dia da Prevenção ao Bullying Escolar.

**Parágrafo único** Entende-se por bullying escolar todo ato de violência física ou psicológica intencional, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas no ambiente escolar com intuito de intimidá-la, agredi-la ou discriminá-la, caracterizando um processo de vitimização em relação assimétrica de poder entre as partes.

**Art. 2º** O Dia Municipal de Combate ao Bullying Escolar será celebrado anualmente no dia 1º de março.

**Art. 3º** A data ora instituída visa promover no âmbito do Município escolar e na sociedade em geral o debate sobre o bullying nas escolas, contribuindo para um processo de reflexão e desenvolvimento, envolvendo a comunidade os pais e outros profissionais que atuam na área de educação e proteção à criança e ao adolescente, visando o diagnóstico e a prevenção desse problema.

**Art. 4º** Caberá ao Poder Executivo a regulamentação desta Lei.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 02 de setembro de 2010; 95º da Fundação;  
e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**LEI Nº 6.469, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.**

Dispõe sobre denominar de MÁRCIA GLEIDE RIBEIRO CLARA SOUTO, a Creche Municipal do Jardim Liberdade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU  
E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica denominado de MÁRCIA GLEIDE RIBEIRO CLARA SOUTO, a Creche do Jardim Liberdade.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 02 de setembro de 2010; 95º da Fundação;  
e 56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**DECRETO Nº 5.985, DE 26 DE AGOSTO DE 2010.**

Dispõe sobre regulamentação da Norma Interna SCV nº 01/2009 da Unidade Central de Controle Interno – UCCI, que versa sobre estabelecer procedimentos quanto à concessão de auxílios e subvenções, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica regulamentado os procedimentos quanto à concessão de auxílios e subvenções, conforme estabelecido pela Norma Interna SCV nº 01 de 18 de agosto de 2009, da Unidade Central de Controle Interno – UCCI, de acordo com o Anexo I deste Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 3º** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 26 de agosto de 2010; 94º da Fundação e  
56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e  
publicado no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO UCCI	DATA DE VIGÊNCIA 18/08/2009
NORMA INTERNA: SCV N.º 01/2009	VERSÃO I
SISTEMA DE CONVÊNIOS - SCV	
ASSUNTO: CELEBRAÇÃO, CONTROLE E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVENIOS E CONGENERES CONCEDIDOS	
1) OBJETIVOS:	
1.1) Estabelecer os procedimentos, a serem observados pelas Secretarias Municipais, na Celebração, controle e prestação de contas de convênios e congêneres concedidos, assim definidos no Art. 12, da Lei 4.320/64 e Decreto nº 93.872/86, nos Art. 58 a 66.	
1.2) Garantir o atendimento aos Princípios Constitucionais.	

**2) DOS PROCEDIMENTOS:****2.1) Da Solicitação do Auxílio e/ou Subvenção:**

- 2.1.1) A entidade interessada deverá apresentar, ao Secretário da respectiva pasta, Plano de Trabalho, de acordo com o modelo proposto (anexo I);
- 2.1.2) O Secretário verificará a adequação da solicitação de auxílio e/ou subvenção, a Lei Municipal (LOA), nos Plano de Trabalho de sua Secretaria em consonância com a finalidade pretendida;
- 2.1.3) O Secretário encaminhará o Plano de Trabalho a Controladoria para que esta verifique a disponibilidade orçamentária e financeira;
- 2.1.4) Estando a solicitação de auxílio e/ou subvenção, de acordo com a Lei Municipal e havendo disponibilidade orçamentária e financeira, o Secretário encaminhará o Plano de Trabalho ao Prefeito para apreciação;
- 2.1.5) Após a aprovação do Plano de Trabalho pelo Prefeito, o Secretário da respectiva pasta encaminhará a Secretaria Municipal de Governo para elaborar o Projeto de Lei e encaminhá-lo à Câmara Municipal de Vereadores para aprovação.

**2.2) Da Celebração do Termo de Convênio:**

- 2.2.1) Após a aprovação da lei que concede o auxílio e/ou subvenção, a Secretaria Municipal de Governo enviará à Secretaria de Administração/Núcleo de Contratos que elaborará o Termo de

## Convênio:

- 2.2.2) O Termo de Convênio deverá conter, além das cláusulas obrigatórias (Lei 8.666/93), as seguintes cláusulas:
- 2.2.2.1) Previsão do início e fim da execução do convênio;
- 2.2.2.2) Prazo para prestação de contas;
- 2.2.2.3) Exigências de abertura de conta bancária específica para movimentação dos recursos do convênio, salvo algumas exceções;
- 2.2.2.4) Exigência de aplicação dos saldos financeiros do convênio, enquanto não utilizados, no mercado financeiro, quando a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;
- 2.2.2.5) Exigência de devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas de aplicações financeiras auferidas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias a contar da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade repassadora dos recursos;
- 2.2.2.6) Exigência de apresentação, da comprovação dos gastos através de documentos fiscais (notas fiscais, faturas ou recibos) de acordo com a atividade do fornecedor. As datas dos documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, estar compreendidas entre o período de execução do convênio;
- 2.2.2.7) Previsão das sanções a aplicar à entidade beneficiada pela inexecução parcial ou total do convênio, de acordo com o art. 87, da Lei Federal nº 8.666/1993.
- 2.2.3) O Termo de Convênio deverá ser enumerado, em seqüências anuais;
- 2.2.4) O Plano de Trabalho aprovado, obrigatoriamente, acompanhará o Termo de Convênio;
- 2.2.5) Após a assinatura do Termo de Convênio, a Secretaria Municipal Administração remeterá cópias para a Secretaria de Finanças para Prestação de Contas futura.

**2.3) Da Liberação das Parcelas:**

- 2.3.1) As parcelas do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o Plano de Trabalho aprovado, exceto nos casos a seguir, em que as mesmas ficarão retidas até o saneamento das impropriedades ocorrentes:
- 2.3.1.1) Quando não tiver havido comprovação da boa e regular aplicação da(s) parcela(s) anteriormente recebida(s), na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou pelo órgão competente do sistema de controle interno da administração;
- 2.3.1.2) Quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios

fundamentais da administração pública nas contratações e demais atos praticados na execução do convênio, ou o inadimplemento do executor com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

- 2.3.1.3) Quando o executor deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo órgão ou entidade repassadora dos recursos ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno da administração.

**2.4) Da Prestação de Contas:**

- 2.4.1) A entidade beneficiada deverá prestar contas de acordo com o firmado em Convênio;
- 2.4.2) A prestação de contas será feita de acordo com os Termos de Convênio;
- 2.4.3) A prestação de contas deverá conter documento de aprovação emitido pela Diretoria da entidade beneficiada ou equivalente;
- 2.4.4) Deverão fazer parte da prestação de contas, os seguintes relatórios:
- 2.4.4.1) Relação dos associados ou pessoas beneficiadas, onde deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:
- 2.4.4.1.1) Na hipótese de auxílios e/ou subvenções concedidas às demais entidades:
- 2.4.4.1.1.1) Nome das pessoas beneficiadas;
- 2.4.4.1.1.2) Quantidade, valor unitário e valor total dos serviços prestados.
- 2.4.4.1.2) Na hipótese de auxílios e/ou subvenções concedido a entidades de pesquisa:
- 2.4.4.1.2.1) Relatório das atividades executadas;
- 2.4.4.1.2.2) Balanço consolidado da entidade.
- 2.4.4.2) No caso de entidade beneficiada, contratar outras empresas para prestarem os serviços propostos no Termo de Convênio, esta terá que comprovar que o preço praticado é o de mercado, através de cotação de preços, no mínimo em três empresas.
- 2.4.5) A entidade que tiver a prestação de contas reprovada ou apresentá-la fora do prazo previsto no Termo de Convênio não poderá requerer novo auxílio e/ou subvenção pelo período de 02 (dois) anos, a contar da data prevista para a prestação de contas;

**2.5) Do Arquivamento dos Processos de Prestação de Contas:**

- 2.5.1) Após a aprovação da prestação de contas, esta ficará arquivada no Setor de Prestação de Contas por 02 (dois) anos, após findar este prazo a mesma será arquivada no arquivo morto da Prefeitura.

**3) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

- 3.1) Nenhum Termo de Convênio será celebrado sem o atendimento a esta Norma Interna;
- 3.2) A celebração de convênio será obrigatória para todas as concessões de Auxílios e Subvenções;

3.4) Qualquer omissão ou dúvida gerada por esta Norma Interna, deverá ser esclarecida junto ao Controle Interno.

**4) ANEXOS CONSTANTES DESTA NORMA INTERNA:**

- 4.1) Anexo I – Plano de Trabalho;

SECRETARIO	PREFEITO
------------	----------

**ANEXO I****PLANO DE TRABALHO 1/3 (formulário em branco)****1. Dados Cadastrais**

Órgão/Entidade Proponente				CGC	
Endereço					
Cidade		UF	CEP	DDD/Telefone	EA
Conta Corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento		
Nome do Responsável				CPF	
Cl/Órgão Expedidor	Cargo	Função	Matrícula		
Endereço				CEP	

**2. Outros Partícipes**

Nome	CGC/CPF	EA
Endereço		CEP

**3. Descrição do Projeto:**

Título do Projeto	Período de Execução	
	Início	Término
Identificação do Objeto		
Justificativa da Proposição		

## PLANO DE TRABALHO 2/3

#### 4. Cronograma de Execução (Meta, Etapa ou Fase)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Unidade	Quantidade	Início	Término

#### 5. Plano de Aplicação (R\$ 1.000,00)

[illegible]

### PLANO DE TRABALHO 3/3

**6. Cronograma de Desembolso (R\$ 1.000,00)**

**Concedente**

Meta	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.

Meta	Jul.	Ago.	Set.	Oct.	Nov.	Dez.

Proponente (contrapartida)

Meta	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.

Meta	Jul.	Ago.	Sep.	Oct.	Nov.	Dic.

## 7. Declaração

Na qualidade de representante legal do requerente, declare, para fins de prova junto ao (a) \_\_\_\_\_, para efeitos e sob as penas da Lei, que não existe qualquer débito em nome ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste Plano de Trabalho.

### Pede Definitivo

## Local e Data

Proponente  
(Representante legal do Órgão ou  
Entidade proponente)

### 8. Aprovação pelo Concedente

**Aprovado**

## Local e Data

Concedente  
(Representante responsável pelo programa,  
projeto ou evento na Unidade concedente)

## 9. DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

Declaro para fins de comprovação junto a (o)

(Nome da Instituição da Administração Municipal – concedente) que

(Nome da Instituição proponente)

..... não está em situação de mora ou inadimplência junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal que impeça o recebimento de recursos mediante Convênio.

(Local e data)

(assinatura e identificação do declarante)

**DECRETO Nº 5.993, DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.**

Dispõe sobre a regulamentação do art. 61 da Lei n. 3.247/2000 para a gratificação de produtividade do Grupo de Fiscalização de Trânsito e Grupo de Fiscalização de Transporte, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista disposições contidas no art. 61 da Lei nº 3.247 de 05 de maio de 2000, Lei nº 2.094/94, Lei nº 3.220/2007 e no art. 79, inciso XXIII, e no Art. 139, inciso I, item i, da Lei Orgânica do Município de Rondonópolis-MT e especialmente em cumprimento as decisões proferidas nos Recursos de Apelação nº 26.027/2008, 96.119/2008 e 96.828/2008 do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso...

**DECRETA:**

**Art. 1º** Os servidores enquadrados como Agentes de Fiscalização de Trânsito e Agentes de Fiscalização de Transporte, terão por remuneração, além do vencimento base na forma definida na legislação específica, a gratificação de representação, auferida sob forma de produtividade, conforme o art. 61 da Lei nº 3.247 de 05/05/2000.

**Art. 2º** A produtividade será auferida de acordo com as atividades desenvolvidas pelos servidores mencionados no art. 1º deste Decreto.

**Art. 3º** Cada Agente de Fiscalização deverá entregar relatório mensal de atividades diárias das tarefas executadas (abonadas pelo chefe de equipe), ao setor responsável designado pelo Secretário, cujo resultado final será objeto de sua aprovação.

**Art. 4º** O Agente de Fiscalização de Transporte e/ou Trânsito, quando designado para função técnica administrativa, receberá a média de quotas obtidas pelos demais agentes.

**Art. 5º** O Agente de Fiscalização de Transporte e/ou Trânsito, quando nomeado para exercer cargo de provimento em comissão ou em substituição deste, aplicar-se-á disposição do art. 60 da Lei nº 3.247/2000.

**Art. 6º** O limite mínimo para fazer jus ao pagamento sobre a produtividade é de 601 (Seiscentas e uma) quotas e o limite máximo para pagamento da produtividade será de 1500 (Hum mil e quinhentas) quotas, pago por execução de tarefas calculada através de quotas, conforme Anexo I deste Decreto.

**Art 7º** O valor da cota será calculado e reajustado conforme o art. 2º, §1º da Lei nº 2.094 de 28/01/1994.

**Art. 8º** A cada atividade desenvolvida corresponderá um determinado número de quotas, de acordo com o Anexo I, e não serão cumulativas para o mês seguinte.

**Art. 9º** O cálculo das quotas do período em questão dar-se-á pela soma total das quotas, conforme os valores estabelecidos por atividades mencionadas no Anexo I.

**Art. 10** A quantidade de quotas por atividades mencionadas no Anexo I deste Decreto será permanentemente avaliada pelo Secretário da pasta a qual estiverem vinculados os servidores, para verificação do grau de dificuldade de realização das mesmas.

**Art. 11** Os servidores mencionados no art. 1º deste Decreto, quando de sua aposentadoria, férias, licença especial, licença para tratamento de saúde, licença Maternidade / Paternidade, cálculo do 13º (décimo terceiro) salário, curso autorizado pelo Prefeito Municipal, farão jus ao vencimento básico acrescido da Gratificação de representação calculada sobre a média das quotas percebidas nos 03 (três) meses imediatamente anteriores à ocorrência do evento, obedecida a legislação em vigor.

**Art. 12** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 13** Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 01 de setembro de 2010; 95º da Fundação e  
56º da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS FUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

**RODRIGO LUGLI**  
Secretário Municipal de Transporte e Trânsito

## ANEXO I

### PLANILHA PRODUTIVIDADE AGENTES DE FISCALIZAÇÃO DE TRANSPORTE E DE TRÂNSITO – LEI Nº 2.094/1994

TAREFAS FISCAIS	COTAS
Apreensão de animais soltos na via (por apoio)	10
Controle, tráfego e retirada de veículos pesados nas entradas da cidade por turno	40
Controle e fiscalização de caçambas (colocação e retirada de acordo com o Decreto 3.422)	10
Fiscalização de estacionamento e parada em locais de interesse coletivo (por ocorrência)	10
Fiscalização de obstáculos e detritos na via/calçada por ocorrência	10
Fiscalização de trânsito programadas / rotineiras / emergencial	10
Fiscalização serviço moto - táxi (por ocorrência / escala)	3
Fiscalização serviço táxi (por ocorrência / escala)	3
Fiscalização de tráfego de veículo de carga nas Zonas de Restrição Máxima de Tráfego	10
Fiscalização transporte coletivo/escolar (por ocorrência / escala)	10
Hora excedente	15
Plantão / hora	25
Operação de trânsito (por ocorrência / escala)	15
Operações especiais em conjunto com órgãos de segurança pública (por ocorrência / escala)	15
Orientação e controle de tráfego junto às escolas (faixa de pedestre – escala diária)	10
Pesquisa Transporte coletivo e outras atividades por linha	15
Programas especiais de Educação no trânsito/transporte e participação em palestras	30
Retenção e Remoção de veículos (por veículo)	10
Serviço de escolta (batedor)	20
Orientações de tráfego e ou atendimento de acidentes por preservação	15
Vistoria em veículos de transporte coletivo e escolares (ônibus/micro-ônibus/vans)	10
Vistoria em veículos de transporte individual de passageiros (táxi/moto-táxi)	5

## DECRETO Nº 5.994, DE 01 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre abertura de **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, no valor de R\$ 2.616.672,31 (Dois milhões seiscentos e dezesseis mil seiscentos e setenta e dois reais e trinta e um centavos) e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei nº 6.101 de 23/12/2009...

### DECRETA:

**Art. 1º** Fica aberto no exercício financeiro vigente **CRÉDITO SUPLEMENTAR** no valor de R\$ 2.616.672,31 (Dois milhões seiscentos e dezesseis mil seiscentos e setenta e dois reais e um centavos) para reforço das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2225.2180.180 – Conservação e Manutenção das Unidades de Estratégias de Saúde da Família

31.90.11.00.00 – 701 – Vencimentos e Vantagens Fixas..... R\$ 889.297,21

10.302.2235.2193.193 – Manutenção dos Serviços de Média e Alta Complexidade

31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 800.000,00

10.302.2235.2194.194 – Manutenção do Hospital Municipal de Referência à Saúde da Família

31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 710.000,00

10.301.2215.2205.205 – Manutenção das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde

31.90.11.00.00 – 201 – Vencimentos e Vantagens Fixas..... R\$ 217.375,10

**TOTAL..... R\$ 2.616.672,31**

**Art. 2º** Para cobertura do **CRÉDITO SUPLEMENTAR**, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes da **ANULAÇÃO PARCIAL** das seguintes dotações orçamentárias e respectivas fontes de recursos:

#### 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis

##### 13 – Fundo Municipal de Assistência Social

08.244.2140.2089.089 – Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS

31.90.04.00.00 – 601 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 1.784,23

08.244.2170.2251.251 – Manutenção dos Serviços Desenvolvidos Pela Proteção Social Especial

31.90.04.00.00 – 601 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 36.000,00

08.244.2170.2255.255 – Manutenção dos Serviços Desenvolvidos Pela Proteção Social Básica

31.90.04.00.00 – 601 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 24.000,00

##### 14 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.2225.2180.180 – Conservação e Manutenção das Unidades de Estratégias de Saúde da Família

31.90.11.00.00 – 201 – Vencimentos e Vantagens Fixas..... R\$ 395.166,02

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 300.000,00

10.304.2195.2183.183 – Manutenção das Ações da Vigilância Sanitária

31.90.04.00.00 – 601 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 48.000,00

10.302.2235.2189.189 – Manutenção e Expansão do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 20.000,00

10.302.2235.2192.192 – Manutenção e Conservação da Clínica de Terapia Renal Substitutiva – Centro de Nefrologia

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 80.000,00

10.302.2235.2194.194 – Manutenção do Hospital Municipal de Referência à Saúde da Família

31.90.04.00.00 – 702 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 858,00

10.301.2225.2196.196 – Manutenção da Saúde Bucal

31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 40.000,00

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 170.000,00

10.302.2235.2201.201 – Manutenção e Ampliação dos Serviços do Centro de Reabilitação Nílmo Júnior

31.90.04.00.00 – 701 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 333,98

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 20.000,00

10.301.2215.2205.205 – Manutenção das Ações Administrativas do Fundo Municipal de Saúde

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 150.000,00

10.302.2235.2422.422 – Manutenção dos Serviços Hospitalares da Santa Casa de Misericórdia

31.90.04.00.00 – 201 – Contratação por Tempo Determinado..... R\$ 8.600,00

31.90.13.00.00 – 201 – Obrigações Patronais..... R\$ 2.000,00

##### 17 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

25.752.2310.1094.094 – Ampliação da Rede de Energia da Sede e Distritos

44.90.51.00.00 – 1 – Obras e Instalações..... R\$ 60.000,00

17.512.2300.1095.095 - Construção de Galerias de Águas Pluviais e Serviços Complementares

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 55.000,00

17.512.2300.1096.096 - Ampliação do Sistema de água e Esgoto

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 24.370,72

26.782.2310.1097.097 - Construção de Pontes, Bueiros, Mata Burros e Serviços Complementares

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 80.000,00

15.451.2300.1100.100 - Pavimentação de Vias Urbanas

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 50.000,00

04.122.2310.1105.105 - Construção e Ampliação de Imóveis Públicos

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 580,00

15.451.2310.1107.107 - Construção e Ampliação de Praças Públicas

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 1.000,00

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 1.000,00

25.752.2310.1181.181 - Implantação da Rede de Iluminação Pública

33.90.30.00.00 - 1 - Material de Consumo..... R\$ 5.000,00

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 100.000,00

15.451.2300.1464.464 - Duplicação da BR 364/163 - Perímetro Urbano

44.90.51.00.00 - 301 - Obras e Instalações..... R\$ 826.321,00

15.451.2310.1486.486 - Construção dos Parques Mangueiras e Orquídeas

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 600,00

15.451.2300.1527.527 - Pavimentação Asfáltica dos Bairros Parque Universitário, Pedra 90 e Ana Carla

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 793,33

04.244.2310.1554.554 - Conservação e Reforma de Centros Comunitários

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 48.000,00

15.451.2310.1557.557 - Construção de Shopping Popular

44.90.51.00.00 - 1 - Obras e Instalações..... R\$ 1.000,00

15.452.2300.2166.166 - Conservação, Adaptação e Limpeza de Galerias de Água Pluviais

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 199,40

15.452.2300.2167.167 - Limpeza de Vias Públicas

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 42.498,19

25.751.2300.2169.169 - Conservação e Manutenção da Rede de Iluminação Pública

33.90.30.00.00 - 1 - Material de Consumo..... R\$ 8.731,80

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 7.869,95

26.782.2310.2171.171 - Conservação e Reforma de Estradas Vicinais

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 600,85

15.452.2300.2172.172 - Conservação de Guias e Sarjetas

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 129,00

15.452.2300.2173.173 - Conservação e Manutenção de Vias Pavimentadas

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 1.389,33

15.452.2300.2174.174 - Conservação e Manutenção de Vias não Pavimentadas

33.90.39.00.00 - 1 - Outros Serviços de Terceiros P.J..... R\$ 4.846,51

**TOTAL ..... R\$ 2.616.672,31**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 01 de Setembro de 2010: 95ª da Fundação  
e 56ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicado  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

## DECRETO Nº 5.996, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre alterações no Decreto nº 4.882 de 15 de janeiro de 2008, que dispõe sobre vedações de condutas aos agentes públicos municipais, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente através da Lei Federal nº 9.504/97 e suas alterações...

### DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos X e XII do art. 2º do Decreto nº 4.882 de 15 de janeiro de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - ...

Art. 2º - ...

**X** - Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens e ainda, *ex-officio*, remover, transferir ou exonerar servidor público, **nos casos de eleições municipais**, nos três meses que antecedem o pleito municipal, até a posse dos eleitos, ressalvados:

a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão;

b) a nomeação de aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo;

c) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do poder executivo.

XI - ...

**XII** - Fazer revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano das **eleições municipais** até a posse dos eleitos.

Art. 2º Permanecem em vigor os demais dispositivos do Decreto nº 4.882/2008.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 02 de setembro de 2010: 95ª da Fundação e  
56ª da Emancipação Política.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

**MILTON GOMES DA COSTA**  
Secretário Municipal de Governo

# Licitação

## TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 028/2010 INEXIGIBILIDADE

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.863/94 e 9.648/98, **"RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 028/2010"**, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 011/2010, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pela **Dr.ª MARINELLY DE ARAÚJO VIEGAS ORLATO** Procuradora do Município, a favor da contratação da Autarquia: **SANEAR - SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS - MT** - estabelecida na Rua Dom Pedro II, 1.210 - Centro - CEP: 78.700-220 - CNPJ: **03.702.217/0001-31**.

**Objeto:** Fornecimento de água e esgoto, para atender a Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

**VALOR TOTAL DA INEXIGIBILIDADE:** R\$ 10.000,00 (dez mil reais). "Estimativa para os meses de setembro a dezembro do ano de 2010."

Publique-se no átrio desta Prefeitura, **Diário Oficial do Município - DIORONDON** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 01 de setembro de 2010.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**  
Procurador Geral do Município

## TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 029/2010 INEXIGIBILIDADE

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.863/94 e 9.648/98, **"RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 029/2010"**, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 583/2010, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **Dr. JOABE TEIXEIRA DE OLIVEIRA** Procurador do Município, a favor do: Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, situada na SPTN - Norte, Qd 511, Bloco B, 4º Andar, Brasília - DF, inscrito no CNPJ sob n.º 00.662.270/0001-68.

**OBJETO:** Pagamento ao Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, referente à verificação da calibragem dos equipamentos de **Esfigmomanometro e Balanças** pertencentes à Unidade de Saúde da Rede Municipal.

**VALOR TOTAL DA INEXIGIBILIDADE:** R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, **Diário Oficial do Município - DIORONDON** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 02 de setembro de 2010.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**  
Procurador Geral do Município

## TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 072/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso X e art. 26, Parágrafo Único, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 072/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 584/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pela **Dr. TÂNIA REGINA NANES DA SILVA** Procuradora do Município, a favor do Sr. Júlio César Pereira da Silva, pessoa física de direito privado, residente na Rua Rui Barbosa, n.º 180, Apartamento n.º 900, Centro, Uberlândia - MG, inscrito no CPF/MF sob o n.º 007.973.081-72.

**OBJETO:** Locação de imóvel para instalação do CPSI INFANTIL, situado na Avenida João XXIII, n.º 880, no Bairro: Santa Cruz, compreendendo o período de **01/09/2010 à 31/12/2011**.

**VALOR TOTAL DA DISPENSA:** R\$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no jornal **"A GAZETA"** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 30 de agosto de 2010.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**  
Procurador Geral do Município

## TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 074/2010 DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso IV, e art. 26, Parágrafo único, incisos I, II, III e IV da Lei Federal n.º 8.666, de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98, **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 074/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 597/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **Dr. EDNALDO DE CARVALHO AGUIAR** Procurador do Município, a favor do Sr.º: Marcos Luis da Silva, pessoa física, residente na Av. Alberto Sadi, Q. 99, lote -10, Jardim Liberdade, Rondonópolis-MT, inscrito no CPF/MF o n.º 495.537.631-20.

**OBJETO:** Contratação de serviços de uma moto com motoqueiro para atender as necessidades da Central de Regulação, nos seguintes serviços: localização de pacientes, agendamento de consultas, cirurgias eletivas, etc., - Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 04 (quatro meses).

**VALOR TOTAL DA DISPENSA:** R\$ 3.720,00 (três mil, setecentos e vinte reais).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no jornal **"A GAZETA"** e no jornal de circulação local **"A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 31 de agosto de 2010.

**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**  
Prefeito Municipal

DE ACORDO:

**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**  
Procurador Geral do Município

**TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 077/2010**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Senhor: **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 24, inciso V e art. 26, parágrafo único, incisos: I, II, III e IV da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1.993**, atualizadas pelas Leis n.ºs 8.883/94 e 9.648/98. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 077/2010**, com fulcro no **Parecer Jurídico n.º 616/2010**, emitido pelo **DR. EFRAIM ALVES DOS SANTOS**, Procurador Geral do Município e pelo **DR. LUIZ HENRIQUE NUCCI VACARO** Procurador do Município, a favor empresa: Miyata e Kimura Ltda -ME, personalidade jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Otávio Pitaluga, n.º 1.501 - Jardim Urupês, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.367.708/0001-24.

**OBJETO:** Aquisição de peças e serviços mecânicos, destinados para conserto e manutenção das ambulâncias do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, placas: NJC-3234, NJC-3284 e JZU-7181, JZU-7191, JYT-4136, JZU-7241 e Secretaria Municipal de Saúde, placas: NIZ-4046 e NJB-2035.

**VALOR TOTAL DA DISPENSA: R\$ 60.469,94** (Sessenta mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e quatro centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial do Município - DIORONDON**, no **Jornal "A GAZETA"** e no **jornal de circulação local "A TRIBUNA"**, para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 03 de setembro de 2010.

  
**JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**

Prefeito Municipal

DE ACORDO:

  
**EFRAIM ALVES DOS SANTOS**

Procurador Geral do Município




**SANEAR - SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO N.º 015/2010**

O SANEAR - SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, Autarquia Municipal, localizada a Rua Dom Pedro II, n.º 1210 Bairro Caixa D' água, torna público, através de sua Comissão Permanente de Licitação, que realizará às 8:00 horas do dia 23 (vinte e três) de setembro do ano de 2010, a licitação referente ao objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E AUTOMAÇÃO DA ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - A SEREM REALIZADOS NAS DEPENDÊNCIAS DO SANEAR DE RONDONÓPOLIS COM O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS, COM RECURSOS DO PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO"**.

Os interessados poderão retirar a pasta contendo o edital, a partir do dia 09/09/2010, na sede do SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, no endereço acima citado mediante o prévio recolhimento da importância de R\$ 50,00 (cinquenta reais) na tesouraria do SANEAR, que se refere ao custo efetivo da reprodução gráfica do Edital, no horário das 13:30 às 16:30 horas. Maiores informações serão prestadas pelo telefone (66) 3902-1079.

Rondonópolis - MT, 08 de setembro de 2010.

  
Edenisia Ferreira Harzda  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Em  
branco